

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
DEPARTAMENTO DE HIDRÁULICA E SANEAMENTO

MARINA PRADO CAMARGO

Impacto do turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: uma proposta para o
monitoramento pelas comunidades locais

São Carlos

2018

MARINA PRADO CAMARGO

Impacto do turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: uma proposta para o monitoramento pelas comunidades locais

Monografia apresentada ao Curso de Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheira Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Victor Eduardo Lima Ranieri

VERSÃO CORRIGIDA

São Carlos

2018

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS
DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Prof. Dr. Sérgio Rodrigues Fontes da
EESC/USP com os dados inseridos pelo(a) autor(a).

P172i Prado Camargo, Marina
 Impacto do turismo de base comunitária em Unidades
de Conservação: uma proposta para o monitoramento pelas
comunidades locais. / Marina Prado Camargo;
orientador Victor Eduardo Lima Ranieri. São Carlos,
2018.

Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) --
Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de
São Paulo, 2018.

1. Unidades de Conservação. 2. Comunidades
Tradicionais. 3. Monitoramento cidadão. I. Título.

FOLHA DE JULGAMENTO

Candidato(a): **Marina Prado Camargo**

Data da Defesa: 31/10/2018

Comissão Julgadora:

Resultado:

Victor Eduardo Lima Ranieri (Orientador(a))

APROVADA

Davi Gasparini Fernandes Cunha

APROVADA

Lucas Milani Rodrigues

Aprovada



Prof. Dr. Marcelo Zaiat

Coordenador da Disciplina 1800091- Trabalho de Graduação

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos meus avós que, apesar de não estarem mais comigo fisicamente, estão sempre nas minhas melhores lembranças.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por me incentivarem a entrar em uma Universidade Pública e pelo apoio durante todos esses anos.

Ao meu orientador, Victor Ranieri, por me ajudar na escolha do tema e pelo suporte

Aos professores da Engenharia Ambiental, principalmente Zaiat, Victor e Wiclef, que se preocupam em construir um curso de qualidade, dentro e fora da sala de aula. Ao professor Davi e ao Lucas por terem aceitado compor a banca.

Às mulheres incríveis com as quais eu tive o prazer de conviver diariamente na República Sedução, compartilhando risos, choros, pipocas e cervejas, por serem minha segunda família durante seis anos e por continuarem presentes.

Às amigas de Pompéia, pela amizade que une oito diferentes mulheres, com diferentes sonhos e objetivos, sempre com muito respeito, apoio e amor.

Aos amigos de Amb 012, Abelha, Habib, Aurélia e, em especial, Win, Pimenta e Novinha, pela convivência, companhia e amizade desde o início da graduação.

À Luiza e Amanda, por serem meu exemplo e inspiração, por me ajudarem neste trabalho sendo nas repetitivas leituras de cada item ou nas broncas sobre procrastinação.

À Universidade de São Paulo, seus alunos, funcionários e professores, pelo aprendizado que foi muito além das salas de aula, e que foi imprescindível para minha formação profissional e, acima de tudo, pessoal.

EPÍGRAFE

“Que nada nos defina. Que nada nos sujeite.
Que a liberdade seja nossa própria substância.”

Simone de Beauvoir

RESUMO

CAMARGO, M. P. **Impacto do turismo de base comunitária em Unidades de Conservação**: uma proposta para o monitoramento pelas comunidades locais. 2018. 59 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

As Unidades de Conservação (UC) no Brasil tem dentre seus objetivos a preservação, o desenvolvimento sustentável, a recreação e o turismo. Desde que foram criadas, entretanto, muitas UCs enfrentam problemas com seu financiamento e existem divergências sobre a criação destas áreas em locais já habitados por comunidades tradicionais. Além disso, cresce a preocupação sobre a eficácia das UCs em atingir os objetivos pelos quais estas áreas foram criadas, sendo necessário aumentar o número de ferramentas que auxiliem seu manejo. Simultaneamente aos problemas descritos anteriormente, os gestores das UCs perceberam um aumento no interesse das comunidades tradicionais em desenvolver o Turismo de Base Comunitária (TBC) dentro das áreas protegidas. Esse tipo de turismo, desenvolvido por comunitários, exige menor infraestrutura e quantidade de serviços, além de contribuir para o empoderamento e fortalecimento das comunidades tradicionais. A ciência cidadã, na qual pessoas sem formação especificamente científica coletam dados ecológicos, vem sendo uma forma de envolver pessoas locais na conservação, além de ser uma alternativa menos custosa que a coleta de dados por pesquisadores. Este trabalho propõe, levando em consideração os princípios da ciência-cidadã, um Plano de Monitoramento Participativo (PMP) para os potenciais impactos relacionados às atividades turísticas em uma unidade de conservação hipotética. Para a elaboração da proposta, primeiramente foi feita uma identificação dos potenciais impactos das atividades turísticas desenvolvidas na UC por meio de uma matriz e, posteriormente, cinco etapas necessárias para a criação de um PMP foram descritas. Por fim, pode-se perceber que o PMP proposto no trabalho ao trazer informações sobre os impactos das atividades turísticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais em Unidades de Conservação, é uma alternativa capaz de diminuir as divergências entre duas linhas de pesquisadores: os que criticam e os que apoiam a presença de comunidades tradicionais dentro de UCs. Nota-se também que a criação e implantação de um monitoramento participativo depende fundamentalmente do envolvimento e dedicação de todos os atores locais.

Palavras-chave: Unidades de Conservação; Comunidades Tradicionais; Monitoramento Cidadão.

ABSTRACT

CAMARGO, M. P. **Impact of Community-Based Tourism on Conservation Units: A Proposal for Monitoring by Local Communities.** 2018. 59 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2018.

Some of the purposes of the Conservation Units include conservation, sustainable development, recreation, and tourism. However, since their creation, many of such conservation units face funding problems and have to take into account the traditional communities that live within or in the surroundings of these units. There is also a growing concern regarding the efficacy of the conservation units to achieve the goals set for them, thus it is necessary to increase the number of tools to support management. Simultaneously to the problems described before, conservation unit managers have noticed an increased interest of the traditional communities in developing the Community-Based Tourism (CBT) within protected areas. This type of tourism, which is developed by community members, requires less infrastructure and services, in addition to empowering and strengthening traditional communities. Citizen Science, i.e., people without specific scientific knowledge collecting ecologic data, among other things, has been a way to engage locals in conservation and is a less expensive alternative to the collection of data by researchers. This paper proposes a Participatory Monitoring Plan (PMP) for the potential impacts related to CBT at an hypothetical Conservation Unit based on the Citizen Science principles. To prepare this proposal, a survey on the potential impacts of tourism at the Conservation Unit was conducted through a matrix and, after that, there were five stages required before creating the PMP, which are described here. Finally, it is possible to notice which PMP is proposed in the paper is an alternative that can reduce the divergences between the two lines of research: those who are criticized and those who support the presence of traditional communities in the conservation units. Finally, it can be seen that the PMP proposed in the paper is an alternative capable of reducing the divergences between two lines of researchers: those who criticize and those who support the presence of traditional communities within conservation units. It is also noted that the creation and implementation of participatory monitoring depends fundamentally on the involvement and dedication of all local actors.

Key-words: Conservation Units; Traditional Communities; Citizen Science.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Matriz de interação entre aspectos ambientais e características socioeconômicas e ambientais	23
Figura 2 - Impactos Previstos com as Atividades Turísticas da UC.	26
Figura 3 - Ilustração Esquemática de um Plano de Monitoramento Participativo	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIA	–	Avaliação de Impacto Ambiental
IAIA	–	International Association of Impact Assessment
ICMBio	–	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ODS	–	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMT	–	Organização Mundial do Turismo
ONG	–	Organização Não-Governamental
ONU	–	Organização das Nações Unidas
OSC	–	Organização da Sociedade Civil
OSCI	–	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PMP	–	Plano de Monitoramento Participativo
RDS	–	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SNUC	–	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TBC	–	Turismo de Base Comunitária
TIES	–	The International Ecotourism Society
UC	–	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	1
2	OBJETIVO.....	3
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PROPOSTA.....	4
3.1	Diferentes visões a respeito da presença de populações humanas em áreas protegidas.....	4
3.2	Unidades de Conservação e Uso Público	10
3.3	Monitoramento em Unidades de Conservação	14
3.3.1	Monitoramento de Base Local	15
3.4	Avaliação de Impacto nas Atividades Turísticas.....	16
4	ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA.....	21
4.1	Atividades Turísticas na Unidade de Conservação	21
4.2	Proposta para Implantação de um Processo de Monitoramento	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
6	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Uma das ferramentas mais usadas atualmente para a preservação da biodiversidade é a criação de espaços protegidos, nos quais o uso dos recursos naturais e da terra são limitados. No Brasil, a sistematização de alguns desses espaços se deu através da Lei 9.985/2.000 e dentre seus objetivos estão, além da conservação, o desenvolvimento sustentável, a recreação e o turismo.

Conhecidas no Brasil como Unidades de Conservação (UC), estas áreas enfrentam desde que começaram a ser criadas, dentre outros, dois problemas: sua sustentabilidade financeira a médio e longo prazos e as divergências sobre a criação destas áreas em locais já habitados por comunidades tradicionais (BENSUSAN, 2006). Simultaneamente, cresce a preocupação sobre a eficiência das UCs em atingirem os objetivos pelos quais foram criadas, aumentando a necessidade de ferramentas que auxiliem no manejo dessas áreas (HOCKINGS, 2003).

Com o auxílio governamental ao financiamento de áreas protegidas decaindo globalmente, o turismo tem sido uma forma de contornar este declínio e arrecadar fundos para o funcionamento e gestão destas áreas (EAGLES et al, 2002).

Paralelamente, os gestores de UCs brasileiras passaram a perceber um aumento na demanda dos povos tradicionais que vivem dentro dessas áreas em desenvolver atividades turísticas; e enxergaram nestas atividades uma oportunidade para o fortalecimento das relações entre gestão e comunidade, para o incremento na renda dessas comunidades e para aumentar o apoio à existência das áreas protegidas (ICMBio, 2018).

O tradicional turismo massificado segue modelos industriais e os pacotes turísticos são planejados de modo a oferecer uma programação pré-estabelecida e controlar os possíveis riscos e perdas (BURSZTYN et al, 2009). Em contrapartida, segundo os mesmos autores, a modalidade de turismo realizada por comunitários, também conhecida como Turismo de Base Comunitária (TBC) necessita de menos infraestrutura e serviços, tendo como foco o empoderamento das comunidades receptoras.

Dentro de UCs, o TBC deve ser desenvolvido sob as orientações do ICMBio (2018), dentre as quais estão: seguir os objetivos da categoria de UC onde será implementado, bem como seu plano de manejo; adotar ferramentas para o monitoramento dos impactos consequentes da implementação do projeto de TBC, incluindo a satisfação dos visitantes e das

comunidades; comprometimento com a conservação e a proteção de todo o território da UC, não apenas dos locais de visitação.

Em relação à questão do monitoramento, a chamada ciência cidadã vem ganhando espaço como uma alternativa eficiente na geração de dados ecológicos (NEWMAN, 2011). Este tipo de monitoramento, realizado por pessoas sem formação científica específica, é uma maneira efetiva de envolver atores locais na conservação da biodiversidade (ORTEGA ÁLVAREZ, 2017), além de ser uma alternativa simples, com custos menores e demandar menos recursos (DANIELSEN, 2009).

Neste trabalho propõe-se um conjunto de ações a ser aplicado em um caso hipotético para que as comunidades envolvidas com atividades de TBC em uma Unidade de Conservação realizem o monitoramento dos impactos das atividades turísticas, para que a efetividade do TBC como uma ferramenta que une conservação e transformação social seja avaliada e possa ser aprimorada quando necessário.

2 OBJETIVO

Propor um procedimento de monitoramento cidadão de possíveis impactos, sejam eles positivos ou negativos, decorrentes de atividades associadas ao Turismo de Base Comunitária em uma Unidade de Conservação hipotética.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA PROPOSTA

3.1 Diferentes visões a respeito da presença de populações humanas em áreas protegidas

Quando o primeiro Parque Nacional foi criado, o Parque Nacional de Yellowstone em 1872, seu objetivo era preservar suas paisagens ‘virgens’ para as futuras gerações. Para tanto, o Congresso dos Estados Unidos determinou que a área do parque fosse reservada, sua colonização, ocupação ou venda fossem proibidas e a presença de pessoas seria permitida apenas na condição de visitantes, nunca como moradores (Bensusan, 2006). Entretanto, este parque não fora criado em uma área vazia. Segundo Kemf¹(1993, apud Diegues 1994), havia tribos indígenas já estabelecidas nos limites que passaram a fazer parte do Parque Nacional, o que fez com que, junto com o surgimento dos Parques Nacionais, Yellowstone também fosse precursor de uma questão que permanece atual: o deslocamento de populações dos locais onde vivem tradicionalmente, que ocorre muitas vezes de maneira forçada, para a criação das áreas ‘desabitadas’ dos parques nacionais (Bensusan, 2006).

Segundo Diegues (1994), o parque de Yellowstone foi resultado de ideias e conceitos preservacionistas, que estavam em alta nos Estados Unidos desde o início do século XIX, sendo uma das principais a noção de “wilderness” (vida natural/selvagem): grandes áreas naturais, selvagens e não habitadas, consideradas como ‘ilhas’ de grande valor estético que levavam o ser humano a reflexões sobre as belezas da natureza intocada. Ainda segundo o mesmo autor, a ideia de ‘wilderness’ sofreu críticas desde o início, sobretudo pelos indígenas retirados de suas terras, que não consideravam aquelas áreas ‘selvagens’, mas sim por eles domesticadas.

Cronon (1995), afirma que áreas selvagens não só não existem à parte da humanidade, como são uma criação humana – na verdade, criadas por culturas humanas muito particulares, em momentos também particulares da história. Em “The trouble with wilderness”, Cronon, comparando as experiências das pessoas que vislumbraram Deus em locais de paisagens sublimes com a passagem bíblica onde Jesus passa por provações no deserto, discorre a respeito das influências do romantismo sobre o ambientalismo da época. Um dos reflexos dessa influência são as paisagens sublimes dos primeiros parques nacionais americanos, as mesmas citadas pelos escritores românticos nas descrições de suas experiências com Deus. Assim como Cronon, outro autor que ressaltou a importância dos escritores românticos do

¹ KEMF, E. “In search of a Home: Protected living in or near protected áreas”. “The law of the Mother: protecting indigenous peoples in protected áreas”. San Francisco, Sierra Club Book. 1993.

século XIX para a apreciação do mundo selvagem foi Corbin² (1989, apud Diegues, 1994) ao escrever sobre a relação entre os homens e o mar ao longo dos tempos.

Para os autores:

A ideia de ‘natureza selvagem’ como uma área intocada e indomada é principalmente uma percepção urbana, a visão de pessoas que estão muito distantes do ambiente natural do qual dependem como fonte de recursos. Os habitantes das áreas rurais têm diferentes percepções das áreas que os urbanos chamam de ‘wilderness’ e baseiam suas práticas de manejo e uso da terra nessas visões alternativas. (...). O termo conservação pode não fazer parte do seu vocabulário, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções das relações do homem com a natureza (Gomez-Pompa e Klaus 1992, p.3).

Essa visão conservacionista que acabou dando origem ao modelo Yellowstone de parques nacionais criou uma dicotomia entre parques e povos que, em sua expansão, acabou tendo um efeito devastador ao chegar nos países do Terceiro Mundo. Isso porque nestes países, cujas florestas remanescentes são, em sua maioria, habitadas por populações tradicionais, criou-se uma visão equivocada das áreas de proteção que, aliada com outros problemas frequentemente enfrentados por países subdesenvolvidos – conflitos fundiários, fiscalização ineficaz, expansão urbana, crises econômicas e dívidas externas -, estão no cerne de uma ‘crise da conservação’ (DIEGUES, 1994). Para Diegues (1994), as ressalvas à inadequação do modelo de Yellowstone aos países do Terceiro Mundo foram feitas, principalmente, por aqueles ambientalistas que assumem um enfoque social, próprio da ecologia socialista.

A ecologia social, citada por Diegues e as outras variações do ecologismo são descritas por Alier (1997), no livro “O ecologismo dos pobres”. Para o autor, o ecologismo ou ambientalismo se ampliou como resposta ao crescimento econômico e pode ser dividido em três correntes principais, que apesar de serem distintas, tem vários pontos em comum. São elas: “o culto ao silvestre”, o “evangelho da ecoeficiência” e o “ecologismo dos pobres”.

Ainda sobre as correntes do ecologismo, podemos dizer que a primeira corrente engloba os pensamentos conservacionistas e defende a natureza intocada, sua principal proposta política é a manutenção dos parques e outras reservas naturais livres da interferência humana como uma ‘ação de retaguarda’ em resposta ao crescimento econômico, e a proteção dessas áreas serviria para mantê-las fora da influência do mercado, preservando a natureza original. O evangelho da ecoeficiência, por sua vez, foca nos impactos ambientais causados pela

² CORBIN, A. “O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental”. São Paulo, Cia das Letras. 1989.

industrialização, essa corrente defende o crescimento econômico por muitas vezes, mas para isso, usa termos como ‘desenvolvimento sustentável’ e ‘uso prudente’ dos recursos naturais. Por fim, chegamos ao ‘ecologismo dos pobres’, o mesmo ecologismo citado por Diegues (1994) como crítico ao modelo usado na criação de parques nacionais, é a corrente do ecologismo que luta pela justiça ambiental e que nasce de conflitos ambientais causados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social (ALIER, 1997).

Populações pré-industriais ou tradicionais que têm seus territórios transformados em áreas de proteção natural veem a criação de tais áreas de proteção como uma usurpação de seus direitos àquela terra, que uma vez fora ocupada por seus antepassados, e que é o espaço coletivo pelo qual se dá seu modo de vida diferente do urbano-industrial (DIEGUES, 1994). Para Diegues (1994) a criação de parques nacionais é eticamente questionável, uma vez que em decorrência da criação dos parques acontece o afastamento involuntário das populações tradicionais em benefício de uma conservação ambiental que, por sua vez, beneficia a população urbana. Em outras palavras, para o mesmo autor, os espaços coletivos, ocupados por populações de grandes saberes e fazeres patrimoniais e de grandes tradições, são usurpados em benefício da ideia de ‘wilderness’ que favorece as populações urbanas que usam os parques para o lazer.

A partir da criação do Parque Nacional de Yellowstone, outros países seguiram seu exemplo e criaram seus parques nacionais sem população residente: o Canadá, em 1885, a Nova Zelândia em 1894, África do Sul e Austrália em 1898. Na América Latina, o modelo começou a ser seguido pelo México, 1894, seguido pela Argentina em 1903 e pelo Brasil, em 1937 (DIEGUES, 1994).

No entanto até 1933 não havia um consenso mundial sobre o objetivo dos parques nacionais e foi nesse ano que a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna, realizada em Londres, definiu três características dos parques nacionais: áreas controladas pelo poder público; áreas para a preservação da fauna e da flora, objetos de interesse estético, geológico, e arqueológico, onde a caça é proibida; e áreas de visitação pública. (BENSUSAN, 2006).

No Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, em Bali no ano de 1982 ocorre uma evolução no conceito de parque nacional, sobretudo sobre sua integração com o desenvolvimento sócio-econômico: “os parques deveriam desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação” (DIEGUES, 1994). Foi também nesse Congresso que a relação entre populações locais e áreas protegidas começou a ser

delineada, apesar da questão de populações locais nos parques do Terceiro Mundo não ter sido abordada (BENSUSAN, 2006).

Nos anos de 1980 e 1986, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) lança, respectivamente, a “Estratégia Mundial para a Conservação” e o manual “Managing Protected Areas in the Tropics”, onde fala sobre os objetivos básicos da conservação e avalia como fundamental o papel desempenhado pelas áreas protegidas na conservação de recursos naturais e na preservação da biodiversidade. Pode-se notar também que o turismo e a recreação, antes vistos como os principais objetivos das unidades de conservação, agora passam a ser secundários (DIEGUES, 1994).

É nesse momento que, mais uma vez, a exclusão de populações tradicionais de parques nacionais se torna contraditória. Nelson e Serafim³ (1992, apud Bensusan, 2006) defendem que a biodiversidade de uma área nada mais é do que o resultado da interação entre ser-humano e natureza, uma combinação não só de mudança nos fatores biofísicos, como também de mudanças nas atividades exercidas pelos homens.

Balée (1992⁴ e 1998⁵, apud Diegues, 1994) e Gomez-Pompa (1971⁶ e 1972⁷, apud Diegues, 1994), são outros autores a afirmar que as práticas de agricultura praticadas pelas populações tradicionais estão relacionadas com a manutenção e até mesmo com o aumento da diversidade biológica em florestas tropicais.

Para Diegues (1994) é inevitável rever a modalidade de conservação, baseada no conceito de wilderness, que proíbe a presença de comunidades tradicionais e suas técnicas de manejo em unidades de conservação. Gomez-Pompa (1992) vão além ao afirmar que a dimensão da conservação que engloba as práticas culturais humanas tem sido negligenciada pela tradição de manejo de recursos naturais praticada pelas populações urbanas.

Após analisar diversas técnicas de manejo utilizadas por diferentes tipos de comunidades tradicionais, Diegues (1994) conclui que implantar áreas protegidas que

³ NELSON, J. G.; SERAFIN, R. “Assessing biodiversity: a human ecological approach”. *Ambio*, v.21, n.3, p. 212-218, 1992.

⁴ BALÉE, W. “Indigenous history and Amazonian biodiversity”. Em: H.K., Steen & TUCKER. “Changing tropical forest: historical perspectives on today’s challenges in Central and South America. Durham, Forest History Society. P. 185-197. 1992.

⁵ BALÉE, W. “Indigenous adaptation to Amazonian Palm Forest”. *Principles*, v.32, n.2, p. 47-54. 1988

⁶ GOMEZ-POMPA & KLAUS, A. “Possible papel de la vegetación secundaria em la evolución de la flora tropical”. *Biotropica*, v.3, n.2, p. 125-135.

⁷ GOMEZ-POMPA, A.; VASQUEZ-YANES & GUEVARA, C. “The tropical rainforest: a nonrenewable resource”. *Science*, n.177. 1972.

contemplem os saberes tradicionais contribui não só para a conservação da natureza, como também protege formas de vida humana que são mais compatíveis com a manutenção da biodiversidade.

Os autores até aqui citados são exemplos da linha de pensamento "socioambiental". Nos parágrafos seguintes é apresentada a visão dos autores da linha "preservacionista".

Redford (1991) fala da existência do mito do nobre selvagem que teria surgido no século passado a partir de pensadores como Rousseau, Thomas More e outros, que idealizavam os selvagens como livres de pecado e cultivavam a ideia de que os índios viviam em conformidade com a natureza. Ainda para o mesmo autor, os povos tradicionais se comportam como qualquer outra comunidade humana: fazem o que for preciso para alimentar a si mesmos e suas famílias. E “o que for preciso” é a chave para entender o problema do mito do nobre selvagem: pode significar o uso de novas tecnologias, cultivos e/ou métodos que resultem em sua subsistência.

Em seu artigo intitulado “Only Slaves Climbs Trees”, Stearman (1994) usa vários exemplos para sustentar sua visão de que os povos indígenas não são conservacionistas naturais ou pessoas com uma ética de conservação nata. Segundo o autor, os sistemas de conservação de recursos usados por tais populações – seu conhecimento tradicional – surgem em lugares onde sua sobrevivência depende de um sistema de manejo de subsistência cuidadoso e, portanto, não tem relação com uma ética de conservação. Em 1990, este mesmo autor afirma que pequenos grupos indígenas são mais suscetíveis a pressões, tanto internas quanto externas, e podem acabar explorando seu território de maneira que afete a conservação.

Redford (1992) diz que atividades como as queimadas, a agricultura itinerante e a caça, realizadas por humanos e que impactam as florestas tropicais, são tratadas pelos ecologistas como insignificantes, devido ao baixo impacto que causariam. Entretanto, em tal publicação, o autor refuta essa teoria.

Ao decorrer do texto, Redford mostra como a fauna tem sido afetada por atividades humanas direta e indiretamente: as modalidades de caça, comercial e de subsistência, matando milhões de exemplares de diferentes espécies de animais por ano, o mercado de couro, penas e ovos de diferentes animais, afetariam diversas interações biológicas fundamentais para o funcionamento das florestas, dentre elas o equilíbrio das cadeias alimentares e a dispersão de sementes.

Os danos causados por essas atividades humanas – tanto por moradores de dentro da floresta quanto de fora – só tendem a se agravar à medida que a população cresce e a exploração aumenta, chegando à situação que dá nome ao artigo, *The empty forest* (Redford, 1992), ou seja, uma floresta cheia de árvores, mas escassa de animais.

Para Raymond (2007) o debate ao redor do selvagem ecologicamente nobre tem muito a ver com a definição usada para conservação. O termo tem diferentes definições, dependendo das intenções de quem o define e é cada vez mais difícil encontrar um consenso sobre comportamentos que podem ser apropriadamente chamados de conservação (RUTTAN & BONGERHOFF MULDER, 1999).

Para os autores:

De acordo com ecologistas evolucionistas, atos de conservação são por definição caros e implicam no sacrifício imediato de recompensas em troca das futuras. Portanto, a conservação é potencialmente altruísta se os recursos não são mantidos de forma privada. Em contraste, pesquisadores com interesses mais aplicados tipicamente consideram que a intenção de conservar, como evidenciada pelo desenho institucional, é suficiente (Ruttan & Bongerhoff Mulder, 1999)

Redford & Stearman (1993) afirmam que por mais que povos indígenas expressem uma preocupação com a conservação da biodiversidade, independente dos motivos, eles certamente não definem essa conservação da mesma forma que o fazem os biólogos.

Seja qual for a definição utilizada para o termo conservação, o ponto crítico neste debate é uma análise, independente de crenças sobre o meio-ambiente, de como as pessoas de fato o modificam (RAYMOND, 2007). Para Redford (1999), a biodiversidade sempre sofrerá consequências significativas, embora muitas vezes desconhecidas, de qualquer atividade humana que resulte em extração ou modificação considerável de recursos, principalmente pelo redirecionamento dos fluxos de matéria e energia que ocorre em tais atividades.

Segundo Raymond (2007), apesar da conservação ser uma construção ocidental, tal fato não a invalida ou desqualifica, pois, o debate sobre o termo se dá em relação ao impacto ambiental causado pelas atividades antrópicas e não dependente das crenças humanas em relação ao meio ambiente. O autor também diz que tais crenças e visões de mundo não são suficientes para a real conservação, embora sejam dignas de investigação e talvez até necessárias para atingi-la.

Para Redford & Stearman (1993), povos indígenas só se reconhecem como conservacionistas naturais por conhecerem o peso dado a esse conceito para reafirmar a importância de suas lutas por direitos fundiários. Apesar disso, os autores afirmam que conservacionistas devem trabalhar junto aos povos nativos, como aliados no desenvolvimento de estratégias alternativas à destruição das florestas, ouvindo suas necessidades e considerando seu conhecimento tradicional.

Chicchón (2000), por sua vez, acha que povos rurais em geral devem ser considerados aliados da conservação, principalmente por serem os principais afetados no caso de os recursos dos quais sua subsistência depende se esgotarem, mas vê problemas em afirmações que dizem que os interesses das comunidades locais incluem a conservação da biodiversidade como um objetivo principal. Para a autora, os interesses dessas comunidades são primordialmente preocupações econômicas e políticas que os afetam e que são abordadas na discussão envolvendo conservação e desenvolvimento.

Por fim, Chicchón (2000) afirma que parques livres de habitantes são essenciais para a manutenção de áreas de natureza pristina, onde as interações biológicas ocorrem sem interferência, e são essenciais em uma estratégia abrangente de conservação, mas que tal afirmação não contradiz o direito de povos locais de participarem do desenho e da gestão de tais áreas.

3.2 Unidades de Conservação e Uso Público

A Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) define Unidade de Conservação (UC) como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo água jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2º).

O SNUC divide as Unidades de Conservação do Brasil em dois diferentes grupos – Unidades de Conservação Integral e Unidades de Uso Sustentável -, e cada grupo apresenta, respectivamente, cinco e sete categorias cada um (BRASIL, 2000). Dentre os objetivos do SNUC estão a contribuição para manutenção da biodiversidade; a promoção do desenvolvimento sustentável e da educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo ecológico; e a proteção dos recursos naturais dos quais as populações tradicionais dependem para sua subsistência. (BRASIL, 2000).

Para Spergel (2002) existem três fontes de renda para o financiamento das Unidades de Conservação: recursos orçamentários do governo; taxas de conservação ambiental destinadas às unidades – dentre elas as taxas de visitação – e doações provenientes de indivíduos, empresas, agências internacionais e organizações não-governamentais (ONGs). O mesmo autor também mostrou que nos países em desenvolvimento, crises financeiras e políticas fizeram com que o orçamento destinado à gestão das áreas protegidas tenha decaído mais de 50% na década de 1990, e a ajuda internacional vem declinando desde a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992, no Rio de Janeiro.

Em consequência disso, o financiamento das unidades de conservação tem se tornado um desafio para seus gestores e muitas UCs tem recursos financeiros insuficientes para arcar com as demandas que tais áreas exigem (EAGLES et al, 2002). Segundo Wyman et al (2011), esta inadequação dos valores gastos com as UCs atualmente é um consenso, apesar da importância das áreas protegidas na manutenção da biodiversidade.

Os gestores de unidades de conservação precisam ser criativos para buscar novas formas de arrecadar fundos necessários para o funcionamento e gestão dessas áreas, contornando o declínio no auxílio governamental – e o turismo é uma fonte promissora de recursos (Eagles et al, 2002).

De acordo com Christ et al (2003), muitas vezes o turismo é descrito como a maior indústria do mundo com base na sua contribuição para o produto interno bruto global, no número de empregos que as suas atividades geram e no número de clientes que serve. Dentro da cadeia produtiva do turismo existem uma série de serviços que diferem entre si no seu porte e investimento (RODRIGUES, 2009). No âmbito das UCs, com a melhoria das estruturas de visitação, diversos serviços de visitação podem ser oferecidos aos turistas, tais como: hospedagem, transporte turístico, alimentação, passeios variados, condução de turistas, entre outros (BOTELHO & RODRIGUES, 2016).

A prestação desses serviços dentro de UCs pode ser fornecida pelo Estado, de maneira direta, ou delegada a terceiros por meio de instrumentos jurídicos sendo, nestes casos, indireta (RODRIGUES & GODOY, 2013). Ainda segundo as mesmas autoras, a necessidade do fornecimento destes serviços acaba motivando a criação de instrumentos de gestão para tais áreas que adequem a atuação de diferentes fornecedores, tanto públicos quanto privados, como empresas, OSCs, associações e cooperativas de base comunitária.

Além de prevista na Lei do SNUC, a exploração dos serviços de uso público por terceiros é justificada também, pois “a administração pública enfrenta problemas estruturais em relação à sua atividade-fim (manejo e proteção da biodiversidade) e encontra desafios ainda maiores para a gestão de atividades-meio, como a visitação” (BOTELHO & RODRIGUES, 2016, p. 286). A parceria entre público e privado, segundo as mesmas autoras, pode ser firmada por diferentes de instrumentos: concessão, permissão, autorização, parcerias público-privadas, termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

Pereira (2003) ressalta que a atuação do Estado quando presta diretamente um serviço ao público é a realização do bem comum, sem buscar o lucro, podendo estabelecer tarifas em valores módicos sem dificuldades, entretanto, quando tal serviço é concedido a um ente privado, este buscará a obtenção de ganhos e a remuneração justa pelo serviço prestado. Segundo o autor:

Dois são, portanto, os agentes envolvidos: o poder público e o concessionário. O primeiro preocupa-se com a qualidade, a continuidade e o atendimento adequados dos serviços oferecidos à população, devendo, para cumprir tal desiderato, editar regras justas e claras, em procedimentos transparentes, assegurando a indispensável legitimidade à concessão. O segundo interessa-se pela lucratividade decorrente da execução do serviço, embora resignado ao dever de respeitar suas obrigações contratuais (PEREIRA, 2003, P.32).

A partir do momento que parcerias entre público e privado são firmadas por meio das concessões, o equilíbrio entre os interesses dos agentes, citado acima por Pereira (2003), passa a ser um desafio constante. Para Rodrigues & Godoy (2013) as concessões trazem consigo o surgimento de elementos do mercado turístico, dentre eles lucro, demanda e competitividade, e faz emergir uma discussão sobre a ética que guia a prestação de serviços em unidades de conservação que abrange tanto questões ambientais, como a questão do domínio do mercado sob a conservação da natureza, quanto questões sociais, como a facilitação da inserção de atores locais na prestação de serviços.

Dinica (2013) ao avaliar o uso de concessões na Nova Zelândia, notou que atualmente as regras para aprovações de contratos de concessões em Parques estão mais amenas, porém, em contrapartida, não há indícios de que a responsabilidade das concessionárias com a biodiversidade ou mesmo os benefícios financeiros dos Parques com as concessões tenham aumentado.

Atualmente, os povos tradicionais residentes dentro ou no entorno de UCs têm demandado o desenvolvimento de atividades de turismo ou sua inserção nas atividades de visitação previstas para as áreas que residem (ICMBio, 2017).

O turismo desenvolvido pelas comunidades tradicionais, também conhecido como turismo de base comunitária (TBC), se opõe ao turismo massificado, necessitando de menores infraestrutura e serviços e valorizando o vínculo aos ambientes naturais e à cultura de cada lugar (BURNSZTYN et al, 2009).

Neste tipo de turismo, turista e anfitrião compartilham suas culturas, tradições, expectativas, e as experiências vividas são resultado desse relacionamento entre eles (WADA⁸, 2003, apud Irving, 2009, p.111). Portanto, o TBC vai além da visão reducionista e estereotipada de ser um grupo menos favorecido que recebe curiosos de outros lugares interessados pelo seu cotidiano exótico para aumentar sua renda e melhorar socialmente, mas, acima de tudo, define-se por ser um encontro e um momento para compartilhar vivências (IRVING, 2009).

Segundo o ICMBIO:

Turismo de Base Comunitária é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável para fins recreativos e educativos, dos recursos da Unidade de Conservação (ICMBio, 2017, p.10).

Portanto, o TBC deve propiciar a harmonia e o vínculo social, a coletividade da vida em sociedade e, assim, promover a qualidade de vida, a inclusão, o reconhecimento da cultura local e o sentimento de pertencimento (IRVING, 2009).

Para Bursztyn et al (2009), o TBC pode servir para revigorar e até mesmo resgatar heranças culturais e tradições locais uma vez que, neste tipo de turismo, hóspede e anfitrião tem uma convivência dialógica e interativa - estabelecidas em sua estrutura - assim, não ocorre uma submissão dos visitados em relação aos visitantes e os comunitários não são meros prestadores de serviços.

Ainda para os mesmos autores, o TBC é uma opção sustentável de turismo, focada principalmente no bem-estar e em gerar benefícios para a comunidade local.

⁸ WADA, E. “Reflexões de uma Aprendiz de Hospitalidade”. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (Org.). Hospitalidade, Cenários e Oportunidades. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003, p. 61-71.

Na Agenda 2030 lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU), o turismo sustentável aparece como sendo gerador de empregos e promotor da cultura e de produtos locais e é citado em três dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), sendo eles relacionados ao crescimento econômico, aos padrões de produção e consumo e à conservação e o uso sustentável dos recursos marinhos (ONU, 2015).

3.3 Monitoramento em Unidades de Conservação

Segundo Danielsen et al (2005), seja em escala regional, nacional ou internacional, governos do mundo todo se comprometeram, através de diferentes iniciativas políticas, a atingir metas quantitativas de conservação da biodiversidade e a distribuir os benefícios dessas metas igualmente.

Para atingir essas metas, diferentes tipos de abordagens e intervenções são feitas e, para avaliar seu impacto e garantir quais delas estão sendo bem-sucedidas e sob quais condições, o monitoramento destas ações é uma ferramenta fundamental (Danielsen et al, 2005). Entretanto o monitoramento pode ser uma ferramenta cara e de difícil coordenação e frequentemente recebe baixa prioridade por estas razões (DANIELSEN, 2009).

A abordagem mais comumente utilizada para o monitoramento de recursos naturais e que também é a mais citada na literatura se trata de uma abordagem externa, que ocorre quando cientistas profissionais executam e analisam programas de monitoramento desenhados por agências remotas (DANIELSEN, 2009).

Entretanto, em países em desenvolvimento, este tipo de abordagem enfrenta alguns desafios dentre os quais estão os custos, dificultando a continuidade deste tipo de abordagem de monitoramento; a logística dos profissionais envolvidos; pouca influência nas tomadas de decisão, por serem vistos pelos gestores como irrelevantes e, em outros casos, só abordar questões relevantes para os gestores, não dando a devida atenção aos objetivos de outros atores envolvidos nos locais monitorados (DANIELSEN et al, 2005). Sendo assim, é necessário encontrar para estes países abordagens de monitoramento que sejam mais simples, menos custosas e que exijam menos recursos (DANIELSEN, 2009).

Ao mesmo tempo, existe a preocupação entre profissionais de áreas protegidas de que estas áreas não estejam atingindo as metas para as quais foram criadas e, em resposta a essa preocupação, destaca-se a necessidade de encontrar ferramentas que ajudem a melhorar o manejo das áreas protegidas (HOCKINGS et al, 2003).

3.3.1 Monitoramento de Base Local

A geração de novas informações e conhecimento através da participação de pessoas que não são cientistas em atividades tradicionalmente científicas é chamada por Thornhill et al (2016) de ciência-cidadã. Segundo os mesmos autores, nas melhores ocasiões, esta ciência é um esforço coletivo que traz benefícios tanto para seus participantes, quanto para os cientistas e a sociedade em geral.

Segundo Newman et al (2011) ciência-cidadã e programas de monitoramento de base local estão surgindo como significantes provedores de dados ecológicos e podem ser criados pelos mais diversos propósitos e com objetivos igualmente amplos. Danielsen et al (2005) afirmam que, apesar de ser conhecido por diferentes nomes e monitorar variados objetos, as diferentes abordagens deste tipo de monitoramento têm em comum o fato de serem realizadas em escala local, por pessoas com pouca educação científica e terem a coleta de dados, e muitas vezes as análises, realizadas por comunidades locais ou equipes do governo localmente envolvidas.

Segundo Catlin-Groves (2013), a confiabilidade dos dados coletados a partir de programas de ciência-cidadã é o aspecto que gera maiores dúvidas sobre este tipo de monitoramento. Para que a coleta de dados seja eficiente, segundo a mesma autora, os projetos devem buscar simplicidade e clareza em seus processos e, no caso de projetos mais elaborados, treinamento adequado deve ser fornecido aos participantes.

Diferentes autores (GREENWOOD, 2007; DANIELSEN et al., 2007; ORTEGA-ALVAREZ et al., 2012) consideram programas de monitoramento biológico uma maneira efetiva de envolver comunidades locais que vivem dentro ou adjacentes a áreas protegidas na conservação da biodiversidade e aumentar seu conhecimento sobre a importância dessas áreas.

Para Ortega-Alvarez et al (2016) a consolidação da participação social na gestão de áreas protegidas é necessária e tornaria os cidadãos envolvidos em agentes ativos da conservação. Complementarmente, Danielsen et al (2005) diz que o mais importante no monitoramento de base local é sua preocupação natural por problemas de gestão que mais importam para os agentes locais, tendo assim potencial para de fato influenciar atividades de gestão locais e empoderar as comunidades envolvidas.

Segundo Ortega-Alvarez et al (2016), alguns elementos chave são fundamentais no desenvolvimento de um programa de monitoramento de base local:

- Planejamento: deve-se considerar um tempo maior para que as metas de monitoramento sejam atingidas. Programas desse tipo exigem tempo e esforço para organização do trabalho de campo, treinamento das pessoas envolvidas, definição de objetivos de monitoramento, ganhar o apoio dos comunitários, criar programas interessantes dos quais os comunitários queiram se apropriar a longo prazo e, por vezes, pode ser necessário lidar com conflitos sociais e estimular as partes envolvidas a trabalharem em harmonia;

- Definição de metas: devem ser criadas levando em consideração questões específicas e relevantes local e socialmente;

- Comunicação dos resultados: as conquistas do programa de monitoramento devem ser disponibilizadas para o público em geral e, além disso, devem servir para incentivar a continuação do trabalho comunitário;

- Garantia de continuidade: promover a apropriação dos programas de monitoramento pelas comunidades através de métodos que aumentem sua autonomia na construção e execução dos programas;

- Financiamento: os programas devem ter alternativas que absorvam seus custos, fazendo com que sua continuidade a longo-prazo seja garantida sem a dependência de fontes de financiamento;

- Estímulo de voluntários: pessoas locais envolvidas no programa devem estar verdadeiramente interessadas nas suas atividades e conhecer os benefícios que elas trazem;

- Seleção de voluntários: o programa deve determinar o perfil de voluntário mais apto a desenvolver as atividades de monitoramento;

- Acompanhamento: fundamental para o aperfeiçoamento dos monitores e para mantê-los motivados;

- Promoção do crescimento do programa: os monitores devem ajudar na integração de novos membros da comunidade no programa, treinando-os e recrutando-os.

3.4 Avaliação de Impacto nas Atividades Turísticas

A International Association for Impact Assessment (IAIA) define Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) como “o processo de identificar, prever, avaliar e mitigar os efeitos

biofísicos, sociais e outros efeitos relevantes das propostas de desenvolvimento antes que as principais decisões sejam tomadas e os compromissos assumidos”.

Para a Ramsar Convention Secretariat (2007), uma AIA examina possíveis impactos ambientais considerando também impactos socioeconômicos, culturais e de saúde humana, sejam eles positivos ou negativos.

Segundo Sánchez (2008), existem inúmeras definições e objetivos para AIA. Tais definições podem ser diferentes em sua essência, e seu sentido depende do propósito, ponto de vista e perspectiva sobre os quais a AIA será realizada. A avaliação de impacto pode servir como instrumento, procedimento ou ambos.

As AIAs podem ser vistas sob duas perspectivas no que se refere à sua utilidade. Da primeira perspectiva, a avaliação de impacto pode ser uma complexa técnica para analisar as consequências de determinada atividade ou projeto e sua complexidade aumenta proporcionalmente com o número de áreas envolvidas – social, física e biológica - neste caso, a avaliação deve ser de responsabilidade de especialistas. Em sua segunda perspectiva, a AIA se torna uma ferramenta de participação para aqueles potencialmente afetados pelos impactos da atividade estudada. Sendo assim, quando a AIA é abordada a partir dessa segunda perspectiva, a tomada de decisão deve incluir os pontos de vista social e cultural e não se restringir a opiniões científicas (LOHANI et al, 1997).

Uma das primeiras tarefas a ser realizada na AIA é a identificação dos potenciais impactos e pode ser feita a partir de uma série de métodos adaptáveis ao tipo de atividade a ser avaliada (SANCHEZ, 2008).

Lohani et al (1997), Sánchez (2008) e La Rovere (2001) descrevem, entre outros, os seguintes métodos para AIA:

- Método Ad Hoc: desenvolvido para um projeto específico por especialistas com base em conhecimento empírico;
- Listas de Verificação: práticas e fáceis de usar, existem listas padronizadas e a identificação dos impactos é feita através delas. Estas listas podem ser modificadas dependendo da especificidade da atividade avaliada;
- Matrizes de Interação: bidimensionais, as matrizes identificam interações entre duas listas - uma delas referente às ações da atividade e outra referente aos componentes

ambientais. Uma das primeiras matrizes desenvolvidas foi a Matriz de Leopold, na qual a coluna corresponde à lista das ações da atividade estudada enquanto as linhas representam a lista de componentes ambientais;

- Redes de Interação: indica, para cada ação da atividade, relações entre causa e efeito.

Existem diferentes métodos para identificar os impactos de uma atividade, que variam entre si em complexidade, tipos e formato de dados necessários, níveis de conhecimento e tecnologia para sua interpretação. Todos esses fatores devem ser levados em consideração no momento de se escolher qual o melhor método para atender os objetivos pelos quais a AIA será realizada e as especificidades da atividade a ser monitorada (LOHANI et al, 1997).

A avaliação de impacto também é aplicável a atividade do turismo pois, como qualquer outra atividade econômica, o turismo impacta o meio ambiente de diferentes maneiras, sendo uma ameaça quando suas práticas não são devidamente controladas. Portanto, é necessário o uso de mecanismos capazes de estimar os potenciais impactos relacionados às atividades turísticas (PEDRO, 2012).

A Organização Mundial do Turismo (OMT) define o turismo como sendo: “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT⁹, 2001, p.38, apud Rodrigues, 2009, p.63). Nas décadas de 1980 e 1990, encontrava-se na literatura o termo “turismo ecológico” referindo-se às atividades turísticas focadas nos aspectos ecológicos da fauna e flora, realizadas em ambientes naturais (RODRIGUES, 2009). Segundo a mesma autora, o termo “turismo ecológico” caiu em desuso a partir da disseminação do conceito de ecoturismo, que incorporou componentes culturais, étnicos e sociais.

A The International Ecotourism Society (TIES) define o ecoturismo como "viagens responsáveis para áreas naturais que conservam o meio ambiente, sustentam o bem-estar da população local e envolvem interpretação e educação" (TIES, 2015).

Das e Chatterjee (2015) fizeram uma revisão de trabalhos publicados entre 2000 e 2013 que tratavam sobre as práticas do ecoturismo e seus impactos associados, sejam eles sociais, ambientais ou econômicos. Os principais impactos citados pelas autoras são descritos a seguir:

⁹ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo: Rocca, 2001.

Economicamente, o ecoturismo é visto como uma ferramenta para melhorar a subsistências de comunidades ao redor de áreas protegidas. Os impactos relacionados à economia incluem o aumento de empregos e renda através do ecoturismo; efeito multiplicador do ecoturismo – sistemas de produção criados para atender às necessidades dos turistas no ramo de alimentação, hospedagem, serviços e souvenirs.

Os impactos sociais relacionados ao turismo giram em torno do fortalecimento e engajamento comunitário, aumento do padrão de vida dos habitantes locais e do respeito por diferentes culturas. Além disso, o turismo empodera comunidades locais ao prover benefícios sociais, econômicos, políticos e psicológicos.

Ainda sobre impactos sociais, alguns dos artigos revisados pelas autoras mostraram evidências de que atividades turísticas podem promover a equidade de gênero ao incentivar as mulheres a assumirem papéis que vão além das tarefas domésticas, tomando frente à abertura de pequenos negócios.

Em relação aos impactos ambientais, as autoras encontraram uma interdependência entre os aspectos sociais e econômicos e a conservação: uma vez que o ecoturismo é bem-sucedido e a biodiversidade da área passa a trazer melhorias sociais e econômicas, então, como consequência do empoderamento social e econômico, as comunidades locais entenderiam a importância da conservação e seriam aliadas na proteção da biodiversidade.

Pedro (2012) após analisar referências que abordavam impactos ambientais que envolviam o turismo, observou os mais comuns impactos ambientais negativos associados à atividade:

- A realocação das pessoas como consequência do desenvolvimento desordenado do turismo;
- Conflitos entre moradores locais e turistas;
- Perda ou destruição de habitats, paisagens, monumentos culturais e locais históricos;
- Perda ou desequilíbrio na biodiversidade de fauna e flora;
- Diminuição da qualidade da água de reservatórios públicos para cumprir as demandas de empreendimentos turísticos;
- Problemas sanitários causados pela produção de resíduos sólidos e sua disposição problemática;
- Geração de água residuária;

- Incremento da poluição sonora e atmosférica;
- Incremento na emissão de gases nocivos;
- Aumento na possibilidade de incêndios causados por atividades turísticas desordenadas;
- Sobrecarga de serviços e infraestrutura causado por um elevado número de turistas.

Além dos impactos acima, em seu trabalho Pedro (2012) avaliou, através de matrizes, a interação entre as ações (aspectos ambientais) e os componentes ambientais relacionados às atividades da Pousada Uacari, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Mamirauá, na Amazônia. Os aspectos foram separados em duas matrizes: uma de aspectos ambientais internos – que ocorrem dentro das instalações da Pousada -, e outra de aspectos externos – que ocorrem fora dos limites da Pousada, mas que são afetados pelas atividades oferecidas no entorno do estabelecimento.

4 ESTRUTURAÇÃO DA PROPOSTA

Existem muitas UCs com potencial para o desenvolvimento de uma proposta dessa natureza. Cada uma com sua especificidade tanto em características ambientais quanto socioeconômico-culturais. Nesse trabalho, optou-se por desenvolver a proposta para uma UC hipotética, que mescele diversas dessas características, pois o tempo e o recurso para levantamento de dados em uma UC real eram incompatíveis com o cronograma de trabalho. Fazer a proposta sobre uma UC real sem a coleta de dados de campo e sem a ciência dos atores locais envolvidos poderia trazer prejuízos às comunidades, já que os dados secundários (obtidos na literatura) poderiam estar defasados em relação à realidade presente. A opção de se adotar uma UC fictícia não compromete a proposta pois as suposições adotadas são feitas com base em dados inspirados em situações encontradas na literatura em diversas UCs. A contribuição desse trabalho está na forma de pensar a estruturação de um monitoramento participativo de impactos do TBC (algo ainda novo na literatura) e não em propor uma "solução" para um caso concreto específico.

Sendo assim, para a proposta a seguir considerou-se uma Unidade de Conservação que apresenta dentre seus atributos protegidos praias, cavernas, remanescentes de mata atlântica, diferentes espécies de flora e fauna. Além disso, a área onde a Unidade de Conservação hipotética se localiza é habitada por diferentes comunidades quilombolas, que já habitavam o local antes da instituição da UC.

A proposta a seguir foi feita através das recomendações do ICMBio e com base em casos semelhantes encontrados na revisão da literatura.

4.1 Atividades Turísticas na Unidade de Conservação

Considerou-se que o número de visitantes que vão à essa UC se justifique devido à infraestrutura presente, que conta com pousadas, campings, bares e restaurantes. Além disso, as praias da UC e a possibilidade da prática de pesca também contribuem para atrair turistas.

A visitação ocorre de maneira heterogênea, variando em relação à época do ano e durante o verão, hipoteticamente, a UC recebe um maior número de turistas, aumentando significativamente a quantidade de resíduos sólidos e efluentes domésticos gerados na área. Os passeios que supostamente ocorrem são trilhas, passeios de barco e oficinas tradicionais aqui ilustradas por uma roda de conversa sobre as tradições locais.

Na matriz representada pela Figura 2 pode-se ver a potencial interação que ocorre entre os aspectos ambientais relacionados às atividades turísticas desenvolvidas nesta UC e os fatores ambientais. A matriz é uma adaptação das matrizes apresentadas por Pedro (2012) e complementada pelas informações sobre as atividades turísticas desenvolvidas na UC hipotética previamente citadas.

Figura 1 - Matriz de interação entre aspectos ambientais e características socioeconômicas e ambientais

	CARACTERÍSTICAS SOCIOECONOMICAS E AMBIENTAIS	ASPECTOS AMBIENTAIS	Qualidade da água	Qualidade do solo	Qualidade do ar	Fauna Terrestre	Fauna Aquática	Flora Nativa	Recursos paisagísticos	Recursos Histórico-Culturais	Renda da Comunidade	Grau de escolaridade	Engajamento Comunitário	Equidade de gênero	Saúde	Empregos	Serviços Públicos	Preços Locais
HOSPEDAGEM	Geração de efluentes domésticos	-	-		-	-	-	-	-						-			
	Geração de resíduos sólidos	-	-		-	-	-	-	-									
	Uso de água				-	-	-	-	-									
PASSEIOS OFERECIDOS	Movimentação de embarcações				-	-	-	-	-		+							
	Uso de combustível, óleo e lubrificantes em embarcações	-			-	-	-	-	-		-				-			
	Geração de gases através da queima de combustíveis			-	-		-								-			
	Geração de ruído das embarcações			-	-	-									-			
	Roda de conversa – Tradições locais										+	+	+	+				
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	Movimentação de turistas nas trilhas		-		-		-	-	-		+							
	Atração de Pessoas			-	-						+		+	+		+	+	-
	Capacitação Profissional										+	+		+		+	+	

Fonte: Autoria própria

Analisando os aspectos levantados e as respectivas interações com as diferentes características do meio, pode-se identificar os potenciais impactos relacionados com cada aspecto.

A geração de efluentes domésticos tende a oscilar proporcionalmente ao número de turistas presente na UC. Com o desenvolvimento turístico do local através das atividades de TBC, espera-se um aumento no número de turistas e, conseqüentemente, o aumento na geração de efluentes domésticos. Os impactos relacionados a esse aspecto são a contaminação do lençol freático que leva a uma contaminação da água afetando diretamente sua qualidade, e indiretamente a fauna do parque, que usufrui da mesma água; a saúde dos moradores e turistas, que ingerindo a água contaminada podem contrair diferentes tipos de doenças; o aumento na geração de efluentes pode também sobrecarregar os sistemas de coleta, criando locais de esgoto a céu aberto e interferindo nos recursos paisagísticos do Parque.

Com o número de visitantes crescendo, cresce também a quantidade de substâncias químicas que chega aos esgotos e acaba por parar em rios e lagos, alterando sua qualidade. Esses corpos hídricos, uma vez contaminados, contaminam a fauna e a flora da UC.

A geração de resíduos sólidos é outro aspecto a oscilar na mesma proporção do número de pessoas na UC: mais turistas resultam em um aumento na geração de resíduos sólidos. Como consequência do aumento de resíduos sólidos podem ser observados impactos na qualidade do solo caso esses resíduos sejam descartados sem o devido cuidado. Além disso, existe uma tendência de que o lixo espalhado pelas praias também aumente, podendo impactar animais – terrestres e aquáticos – através da ingestão desse resíduo. O acúmulo de resíduos sólidos também pode atingir os atrativos turísticos em si, como as cavernas e praias, impactando assim os recursos paisagísticos.

O aumento na quantidade de água consumida como consequência de um número maior de pessoas na UC pode levar à escassez, impactando os habitantes fixos, seus animais e também as atrações turísticas de água doce, como cachoeiras e rios.

Passando para os aspectos relacionados aos passeios turísticos, o aumento no número de embarcações – necessário para atender uma maior demanda de turistas – pode prejudicar a fauna aquática, causando acidentes e, aliado à geração de ruído das embarcações, afugentar os animais da região. Outros aspectos relacionados aos passeios de barco podem impactar a qualidade da água e a vida marinha quando se trata dos combustíveis, óleos e lubrificantes utilizados nessas embarcações, que podem causar contaminação em caso de vazamentos. A

geração de gases consequente da queima do combustível das embarcações contamina o ar, alterando sua qualidade e contribuindo para a poluição atmosférica.

Os passeios turísticos que ocorrem por terra e se dão por meio das várias trilhas espalhadas pela UC podem impactar a fauna e flora terrestres pelo simples caminhar dos turistas, que pode levar ao afugentamento dos animais e causar um alargamento das trilhas, afetando a flora dos diferentes ecossistemas presentes na área.

Em relação às atividades que fazem parte do desenvolvimento turístico local como um todo nota-se que os aspectos se relacionam principalmente com as características econômicas e sociais do meio.

A geração de empregos locais e o aumento na demanda de bens e serviços são impactos que tem como consequência o aumento da renda da população, uma vez que as atividades passam a ser uma nova e/ou complementar fonte de renda para os comunitários, fazendo também com que cresça o reconhecimento da importância das atividades do TBC como um todo, aumentando o engajamento comunitário. A geração de novos empregos pode também fazer com que as mulheres passem a exercer essas funções, aumentando a equidade de gênero.

A capacitação profissional necessária para o atendimento de uma maior quantidade de turistas também tem impacto direto na comunidade, já que a devida capacitação dos comunitários agrega valor aos serviços prestados e aumenta a escolaridade dos comunitários de todas as idades e sexos, contribuindo também para o aumento na equidade de gênero.

A atração das pessoas por um lado pode causar impactos negativos à fauna, uma vez que, por esses animais encontrarem-se em um local pouco habitado e não estarem acostumados com a presença humana, esse aumento pode causar desequilíbrios comportamentais, exposição dos animais a novas doenças e aumentar o risco de extinção de espécies que vivem no Parque e já se encontram ameaçadas. Em contrapartida, o aumento no número de turistas faz com que haja um aumento na circulação de dinheiro dentro da comunidade, aumentando a renda dos moradores e fazendo com que estes passem a valorizar o trabalho comunitário.

A Figura 3 a seguir mostra uma listagem dos potenciais impactos encontrados a partir da matriz de impactos.

Figura 2 - Impactos Previstos com as Atividades Turísticas da UC.

Impactos Ambientais
Mudança na qualidade da água do lençol freático
Acúmulo de resíduos sólidos em locais inadequados
Alteração nos indicadores de saúde humana
Alteração na disponibilidade de água doce para diversos usos
Alteração na qualidade das águas superficiais
Alteração na dinâmica das populações de espécies da fauna, incluindo extinções locais
Afugentamento de fauna
Alteração da qualidade do ar
Alteração na dinâmica das populações de espécies da flora, incluindo extinções locais
Alteração no patrimônio histórico-cultural
Alteração nos indicadores de renda da comunidade
Alteração nos indicadores de equidade
Alteração nos indicadores de engajamento comunitário
Alteração nos indicadores de escolaridade dos comunitários
Valorização da cultura local

Fonte: Autoria Própria.

4.2 Proposta para Implantação de um Processo de Monitoramento

As etapas a seguir são baseadas no livro “Monitoramento participativo da biodiversidade” publicado coletivamente pelo ICMBio, Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), comunidades e parceiros do projeto (LEMOS et al, 2018). Referências de outras fontes serão especificadas quando ocorrerem.

Um dos principais alertas da referida publicação é que a implantação de um monitoramento participativo é um processo extremamente complexo, que envolve diferentes atores, e que pode levar certo tempo para que esteja funcionando de maneira satisfatória. Além disso, é possível que mais de uma tentativa de Plano de Monitoramento seja necessária até que se encontre uma versão adequada para o local.

Etapa 1: Articulação de Parceiros

Para que o monitoramento do impacto das atividades relacionadas ao TBC seja feito é fundamental que a gestão da UC apoie a ideia e se envolva na sua implantação. A gestão do parque será fundamental para definir quais impactos podem ser monitorados através da participação comunitária, quais devem ser as prioridades do monitoramento cidadão, quem seria a equipe responsável, os possíveis parceiros e quais objetivos a gestão da UC pretende alcançar através dessa atividade.

Além disso, apesar do monitoramento participativo ser menos custoso do que os métodos de monitoramento comuns, ainda existem gastos e nesta etapa também é importante definir uma maneira de custear o Plano de Monitoramento Participativo. Uma maneira de fazê-lo é diluir seus custos nos preços pagos pelos turistas tanto nos pacotes de atividades turísticas quanto nas taxas de entrada da UC. Ao final dessas definições, o monitoramento deve se tornar parte da agenda da UC.

Ao final dessas definições, o Plano de Monitoramento Participativo (PMP) deve se tornar parte da agenda da UC e é fundamental garantir que outras agendas não sejam abandonadas, pelo contrário, é interessante que haja um fortalecimento mútuo entre as agendas da UC aproveitando protocolos de monitoramento já existentes e alinhando-os com a nova proposta. Além disso, é fundamental que a comunidade participe de fato do processo, de suas etapas de construção e do processo decisório.

O ideal é que cada uma das comunidades presentes no parque seja chamada para reuniões sobre a implantação do PMP e identifiquem os atores locais interessados em fazer parte dele, construí-lo e implementá-lo coletivamente. Além da comunidade local e da gestão da UC, é interessante mapear também outros atores da região que podem contribuir e somar esforços neste processo, como por exemplo institutos de pesquisa, pesquisadores, organizações não-governamentais que já atuem de alguma maneira nos esforços de monitoramento de impactos da região.

É importante que ocorram oficinas e formações que promovam a participação dos diferentes atores na construção do PMP: através delas será possível fortalecer a relação entre os envolvidos e reforçar que “é fundamental a participação social não como um apoio à ciência, mas como uma estratégia essencial de conservação” (p.109). Esta etapa tem entre os seus objetivos fazer com que os atores se apropriem dessa construção, e para tanto, deve ser realizada respeitando o tempo que for necessário para que estas relações se formem.

Um esquema de monitoramento de base comunitária deve prever também a distribuição de funções entre diferentes atores sociais. Considerando as características do Parque, seus atores e os possíveis alvos de monitoramento, propõe-se para o caso específico a seguinte distribuição de funções:

- Coordenador de Monitoramento: responsável pelo monitoramento de impactos na UC;
- Monitor Local: morador tradicional que será responsável pelas atividades de campo envolvidas no PMP, seja coletando dados, sugerindo aprimoramentos, mobilizando a comunidade;
- Líder e representante local no conselho da UC: representantes das diferentes comunidades que participam do Conselho e serão responsáveis pelo apoio ao TBC nas reuniões da UC, transmitindo os dados do monitoramento.
- Instrutor: Pesquisadores atuantes no Parque e dispostos a contribuir com o PMP, que terão como função capacitar os monitores locais;
- Parceiros: Instituições com experiência e que podem ajudar no desenho das ferramentas a serem utilizadas no monitoramento.

Etapa 2: Construção coletiva de protocolos de monitoramento

Com base nos aspectos e impactos levantados anteriormente será necessário decidir quais deles deverão compor os protocolos do PMP. Para tanto, é importante que haja uma discussão entre os atores envolvidos a fim de definir quais impactos, por sua importância, magnitude, persistência ou outro critério de relevância devem receber prioridade no monitoramento. Um ponto relevante nessa definição é saber quais destes impactos estão vinculados com o Plano de Manejo da UC em questão pois, assim, o PMP poderá ser mais efetivo no alcance de resultados de fato relevantes para a gestão da UC, a comunidade local e os demais atores envolvidos.

Pode ser interessante que os impactos escolhidos também sejam relevantes em diferentes escalas, e contribuam não só para as necessidades locais como também para agendas maiores, sejam elas do Brasil, como a agenda do TBC em Unidades de Conservação por exemplo, ou do mundo, como a Agenda 2030 da ONU que tem ODS relacionados com o turismo.

Além disso é preciso escolher impactos que sejam possíveis de mensurar por instrumentos simples e de fácil compreensão, já que um dos objetivos da ciência cidadã é que cidadãos não precisem obrigatoriamente de conhecimentos científicos para coletar os dados necessários para o monitoramento. Os custos de monitoramento de cada um dos impactos também é um fator relevante na definição de quais impactos poderão ser monitorados. Eventualmente impactos considerados muito relevantes podem não ser passíveis de monitoramento devido ao elevado custo.

Depois da definição dos impactos relevantes para o monitoramento será necessária, ainda nessa etapa, a criação dos protocolos a serem seguidos no PMP. Assim como as outras etapas, os protocolos devem ser construídos localmente, de maneira participativa. Sendo assim, os protocolos não serão construídos neste trabalho, mas os parágrafos a seguir sugerem como este processo deve ser feito.

A entrega de respostas rápidas e diretas sobre os impactos monitorados devem estar entre os objetivos principais ao se pensar na construção dos protocolos de monitoramento. Esse processo deve ser feito contando com representantes com experiência em monitoramento além dos atores locais.

A elaboração de protocolos deve ter quatro momentos principais:

1. Diálogo com a comunidade e as instituições, realizado através de oficinas nas comunidades e nas reuniões do conselho gestor da UC;
2. Organização das informações coletadas nas oficinas;
3. Com os insumos dos momentos 1 e 2, os protocolos de monitoramento devem ser delineados;
4. Apresentação, discussão, aperfeiçoamento e consolidação.

É importante que durante a concepção dos protocolos os objetivos e a necessidade do monitoramento de cada um dos impactos esteja claro, para que o resultado final seja um método com indicadores, variáveis e métricas adequados para o levantamento de dados em campo, acúmulo de informações a longo prazo e utilização dos dados na gestão do Parque.

Para ilustrar a criação de um protocolo de monitoramento digamos que, nas oficinas com a comunidade, os participantes tenham identificado que o monitoramento do impacto dos efluentes das pousadas sobre a qualidade da água de um determinado córrego seja prioritário.

Nas oficinas são construídos mapas com a localização das pousadas, os pontos onde a água apresenta cor/odor desagradáveis, os pontos onde a água é captada para ser usada para diferentes finalidades (irrigação de hortas ou usos recreativos, por exemplo). Com essas informações (insumos), os técnicos definem quais os pontos de monitoramento mais adequados para coleta de água e quais parâmetros podem ser medidos. Os técnicos então apresentam essa proposta em uma reunião com os diversos atores para discutir, aperfeiçoar (ex.: mudança de um ponto de coleta em virtude da facilidade/dificuldade de acesso) e consolidar a proposta.

Etapa 3: Capacitação dos atores locais

Após a consolidação dos protocolos feita na etapa anterior, nesta etapa é preciso discutir como eles serão aplicados no campo pelos monitores locais, levando em consideração que a aplicação de protocolos acontecerá simultaneamente com a rotina dos monitores locais em suas outras atividades diárias.

É importante que nesta etapa, assim como em todas as outras, os eventos de formação dos atores apresentem materiais e usem uma linguagem apropriados ao público. Estes eventos de formação devem ser ministrados por facilitadores externos, que devem estar atentos à didática utilizada e à difusão da informação que deve ser transmitida, de modo que todos os participantes se sintam à vontade para trazer suas dúvidas e anseios à discussão.

Sugere-se que os eventos de formação aconteçam em um lugar do Parque onde todos os envolvidos se sintam à vontade, com a presença dos representantes das funções previamente estabelecidas. Essa capacitação deve ocorrer de forma contínua, e todos os atores, independentemente do nível de conhecimento e técnica, devem participar dos módulos que podem ser divididos da seguinte forma:

1. Introdução ao PMP: entendendo seus objetivos e importância;
2. Monitoramento de Impactos: origem e métodos;
3. Aplicação de Protocolos: o que faremos no Parque.

Estes espaços de formação também servem para trazer à discussão os resultados que o monitoramento pode trazer à comunidade local, e reforçar a importância da troca de visões e percepções sobre o TBC entre gestores do Parque, pesquisadores e comunidade local. Assim sendo, oficinas para a avaliação dos resultados que o PMP entrega devem ser realizadas, visando ao engajamento da comunidade na continuidade do Programa.

Em relação à metodologia utilizada nos eventos de formação e oficinas, esta deve ser baseada “na participação efetiva das pessoas, na valorização dos diferentes conhecimentos e saberes e na capacidade dos sujeitos envolvidos em construir novos conhecimentos” (p.122). O intuito deve ser aguçar nos participantes a vontade e/ou interesse em aprender sobre o monitoramento dos impactos e como ele está relacionado com o fortalecimento da relação entre a gestão do Parque e as comunidades.

É importante também que seja permitida e estimulada a troca de conhecimentos entre os participantes, sejam esses conhecimentos científicos ou não. A diversidade de pontos de vista, sabedorias e entendimentos trazidos pelas diferentes vivências dos envolvidos são fundamentais para a tradução das condições reais do local e construção de novos conhecimentos que façam sentido para essa realidade.

Após cada edição dessas formações, é preciso fazer uma avaliação delas, de forma a melhorá-la para as futuras edições, mantendo o que percebeu-se necessário para a criação de um ambiente acolhedor e democrático para o fornecimento das informações chave aos diferentes participantes.

Etapa 4: Monitoramento em campo

É nesta etapa que tudo aquilo que foi construído coletivamente pelos envolvidos no PMP deverá ser colocado em prática e, não diferente das demais, essa etapa também deve ocorrer de forma participativa.

Sugere-se que, a princípio, os especialistas que participaram da construção dos protocolos de monitoramento acompanhem as primeiras atividades de coleta de dados. Apesar das formações realizadas, é impossível prever o que acontecerá no campo, como será a dinâmica entre a coleta de dados e o desenvolvimento das atividades turísticas, e esse acompanhamento servirá para garantir que, na prática, os dados estejam sendo coletados de forma correta e eficiente, de modo a servir para as análises futuras.

Depois desse período de adaptação, quando os dados passarão a ser coletados integralmente pelos monitores locais, estes devem fazer também uma observação das dificuldades encontradas nesta atividade, sugerindo melhorias e ajustes quando acharem necessário.

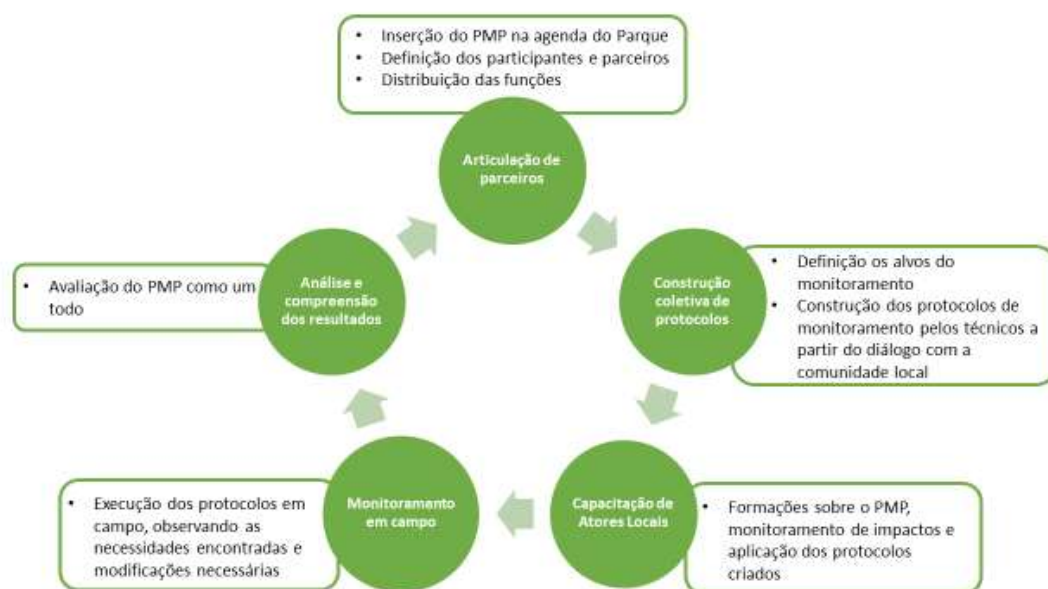
Etapa 5: Análise e compreensão coletiva de resultados

Uma vez que o PMP foi colocado em prática, é possível fazer uma avaliação de todas as etapas anteriores, buscando responder se o Plano criado atingiu seus objetivos, se os recursos investidos nele foram usados de maneira apropriada, se a resposta dos atores envolvidos no programa foi positiva.

Nas reuniões de conselho do Parque deve-se, ao menos uma vez por ano, avaliar o PMP em si – não os dados coletados, mas o programa de monitoramento criado. Todas as pessoas envolvidas devem participar, trazendo suas opiniões, propostas e possíveis melhorias necessárias nas ações que fizeram parte da execução do PMP, de forma participativa, é claro.

A Figura 4 abaixo mostra um resumo de cada fase que compõe o PMP e ilustra as etapas descritas anteriormente.

Figura 3 - Ilustração Esquemática de um Plano de Monitoramento Participativo



Fonte: Autoria própria

A partir dos protocolos de monitoramento e dados coletados no PMP, será possível avaliar as atividades turísticas realizadas no Parque e saber de forma confiável como essas atividades estão interferindo no local: as atividades realizadas estão contemplando os interesses da Unidade de Conservação e das comunidades tradicionais nela inseridas?

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diversos fatores estão envolvidos no desenvolvimento e execução de um Plano de Monitoramento participativo: o interesse dos atores e as relações entre eles, a mão de obra técnica para auxiliar nas etapas de criação de protocolo, o acompanhamento e atualização periódica dos protocolos de monitoramento, a avaliação e continuidade do Plano feita pelos envolvidos.

A partir das recomendações feitas atualmente sobre o TBC e o monitoramento cidadão, a proposta aqui sugerida traz um alinhamento entre os estes dois temas de modo que, se bem executada, pode trazer ganhos para todos os atores envolvidos no processo.

É preciso reconhecer algumas limitações deste trabalho como a falta de tempo, recursos, e a impossibilidade de ir à campo e conversar com atores locais, o que fez com que a proposta fosse construída para uma UC hipotética. Porém, apesar dessas falhas, o trabalho traz uma alternativa capaz de minimizar a divergência existente entre pesquisadores sobre a presença de comunidades tradicionais em Unidades de Conservação e seus impactos sobre as diferentes características socioeconômicas e ambientais destas áreas.

A partir da literatura nota-se que o envolvimento de atores locais em processos de monitoramento cidadão tem se mostrado uma maneira eficiente de aproximar os comunitários dos gestores da Unidade de Conservação na qual estão inseridos. Assim, ao trazer essa aproximação, o PMP também é um facilitador de debates sobre a permanência de comunidades tradicionais dentro de UCs, dando aos comunitários dados e voz para tanto.

É possível afirmar que a participação efetiva dos envolvidos é fundamental para que todo o processo resulte em um Plano funcional, atendendo aos objetivos pelos quais foi criado e às particularidades da área e das comunidades locais.

6 REFERÊNCIAS

ALIER, Juan Martínez. **O Ecologismo dos Pobres**. Raega – O Espaço Geográfico em Análise. 1997.

BRASIL. **Lei 9.985/2000**, 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

BENSUSAN, Nurit. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOTELHO, Eloise Silveira; RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. **Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais**. Caderno Virtual de Turismo, v. 16, n. 2, 2016.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 76-91, 2009.

CATLIN-GROVES, Christina L. **The citizen science landscape: from volunteers to citizen sensors and beyond**. International Journal of Zoology, v. 2012, 2012.

CHICCHÓN, Avecita. **Conservation Theory Meets Practice**. Em: Conservation Biology, v. 14, n. 5.2000.

CHRIST, Costas. et al. **Tourism and Biodiversity – mapping tourism’s global footprint**. Conservation International, Washington (DC), 2003.

CRONON, William. **The trouble with wilderness: or, getting back to the wrong nature**. In: “Uncommon Ground: Toward Reinventing Nature”. 1995.

DANIELSEN, Finn; BURGESS, Neil D.; BALMFORD, Andrew. **Monitoring matters: examining the potential of locally-based approaches**. Biodiversity & Conservation, v. 14, n. 11, p. 2507-2542, 2005.

DANIELSEN, Finn et al. **Increasing conservation management action by involving local people in natural resource monitoring**. AMBIO: A Journal of the Human Environment, v. 36, n. 7, p. 566-570, 2007.

DANIELSEN, Finn et al. **Local participation in natural resource monitoring: a characterization of approaches**. Conservation Biology, v. 23, n. 1, p. 31-42, 2009.

DAS, Madhumita; CHATTERJEE, Bani. **Ecotourism: A panacea or a predicament?**. Tourism Management Perspectives, v. 14, p. 3-16, 2015.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB – USP. 1993.

EAGLES, Paul F.J., McCOOL, Stephen F. and HAYNES, Christopher D.A. **Sustainable Tourism in Protected Areas: Guidelines for Planning and Management**. IUCN Gland, Switzerland and Cambridge, UK. xv + 183pp, 2002.

GOMEZ-POMPA & KLAUS, A. **Taming the wilderness myth**. Bioscience, v.42, p.271.

GREENWOOD, Jeremy JD. **Citizens, science and bird conservation**. Journal of Ornithology, v. 148, n. 1, p. 77-124, 2007.

HOCKINGS, Marc et al. **Reporting progress in protected areas: A site-level management effectiveness tracking tool**. World Bank/WWF Alliance for Forest Conservation and Sustainable Use Google Scholar, 2003.

IAIA, INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR IMPACT ASSESSMENT. **Principles of Environmental Impact Assessment Best Practice**. Fargo: IAIA, 1999.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, p. 108-121, 2009.

LA ROVERE, E. L. **Instrumentos de planejamento e gestão ambiental para a Amazônia, cerrado e pantanal: demandas e propostas: metodologia de avaliação de impacto ambiental**. Brasília: IBAMA, 2001.

LEMONS, P., F. **Monitoramento participativo da biodiversidade – Aprendizados em evolução: a teoria na prática**. IPÊ, ICMBio, Fundação Gordon e Betty Moore e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID/BRASIL), 2018.

LOHANI, B.; EVANS, J. W.; LUDWIG, H.; EVERITT, R. R.; CARPENTER, R. A.; TU, S. L. **Environmental impact assessment for developing countries in Asia**. Volume 1 - Overview. 1997.

NEWMAN, Greg et al. **The art and science of multi-scale citizen science support**. Ecological Informatics, v. 6, n. 3-4, p. 217-227, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em 02/09/2018.

ORTEGA-ÁLVAREZ, Rubén et al. **Community-Based Monitoring and Protected Areas: Towards an Inclusive Model**. Sustainable Development, v. 25, n. 3, p. 200-212, 2016.

ORTEGA-ÁLVAREZ, Rubén et al. **Birding for and with people: Integrating local participation in avian monitoring programs within high biodiversity areas in southern Mexico**. Sustainability, v. 4, n. 9, p. 1984-1998, 2012.

PEDRO, Joao Paulo Borges. **Environmental impact assessment of Uakari Floating Lodge using interaction matrixes**. Scientific Magazine UAKARI, v. 8, n. 2, p. 27-40, 2012.

PEREIRA, E. S. B. **A equação econômico-financeira da concessão de serviço público e o momento de sua formação.** Revista CEJ, v. 7, n. 23, p. 31-33, 2003.

RAMSAR CONVENTION SECRETARIAT. **Impact assessment: guidelines for incorporating biodiversity-related issues into environmental impact assessment legislation and/or processes and in strategic environmental assessment.** Ramsar handbooks for the wise use of wetlands, Gland, Switzerland: Ramsar Convention Secretariat, 2007. Vol. 13.

RAYMOND, Hames. **The ecologically noble savage debate.** Annu. Rev. Anthropol. 2007

REDFORD, Kent H. **The ecologically noble savage.** Cultural survival quarterly, v. 15, n. 1. 1991.

REDFORD, Kent H. **The empty forest.** BioScience, v. 42, n. 6. 1992.

REDFORD, Kent H.; RICHTER, Brian D. **Conservation of biodiversity in a world of use.** Conservation biology, v. 13, n. 6. 1999.

REDFORD, Kent H.; STEARMAN, Allyn Maclean. **Forest-dwelling native Amazonians and the conservation of biodiversity: interests in common or in collision?.** Conservation Biology, v. 7, n. 2. 1993.

RODRIGUES, Camila Gonçalves de Oliveira. **O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade.** Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília. 2009.

RODRIGUES, Camila Gonçalves; GODOY, Larissa Ribeiro. **Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, 2013.

RUTTAN, Lore M. et al. **Are East African pastoralists truly conservationists?.** Current anthropology, v. 40, n. 5. 1999.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

SPERGEL, B. Financing protected areas. **Making parks work.** Washington, DC: Island Press, 2002.

STEARMAN, Allyn MacLean. **Only slaves climb trees.** Human nature, v. 5, n. 4. 1994.

STEARMAN, Allyn Maclean. **The effects of settler incursion on fish and game resources of the Yuqui, a native Amazonian society of eastern Bolivia.** Human Organization, p. 373. 1990.

THORNHILL, Ian et al. **The citizen science opportunity for researchers and agencies.** BioScience, v. 66, n. 9, p. 720-721, 2016.

WYMAN, Miriam et al. **Best practices for tourism concessions in protected areas: a review of the field.** *Forests*, v. 2, n. 4, p. 913-928, 2011.